



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI N.º 005/2021-PE

DE 30 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA
PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

O POVO DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e a Prefeita Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

CAPÍTULO I
AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município de Rondon do Pará para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I – As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – Organização e estrutura do orçamento;
- III – As diretrizes para elaboração e execução do orçamento municipal;
- IV – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VI – As disposições gerais.

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de financeiro de 2022 irão ser observadas as diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano Plurianual 2022-2025.

Parágrafo único. Na destinação dos recursos relativos a programas sociais serão conferidas prioridades às áreas de:

- I – Educação, Cultura, Desporto e Turismo;
- II – Saúde e Saneamento Básico;
- III – Incentivo à Produção Agrícola;
- IV – Construção, recuperação e conservação da infraestrutura urbana e rural, através de parcerias com a União, Estado e com a iniciativa privada;
- V – Modernização Administrativa;
- VI – Meio Ambiente;
- VII – Habitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

§ 1º - A definição e a execução dos Programas de Trabalho deverão observar, além das prioridades estabelecidas no "caput" desse artigo, as seguintes orientações:

- I – Equilíbrio entre as receitas e despesas;
- II – Articulações e parceria entre o poder público municipal com instituições privadas, organizações não governamentais e organismos internacionais;
- III - Cumprimento das metas fiscais, relativas às receitas, as despesas, ao resultado primário e nominal ao montante da dívida pública constante do anexo de Metas Fiscais, que é parte integrante dessa Lei.
- IV – Aperfeiçoamento da gestão governamental;
- V – O Anexo de Metas Fiscais que trata do inciso III desse parágrafo poderá ser ajustado por ocasião do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária, se verificado, quando da sua elaboração que o comportamento das variáveis macroeconômicas e/ou da execução das receitas e despesas previstas para 2022 indique a necessidade de revisão.

Art. 3º As Metas Programáticas dos Programas Finalísticos e de Gestão da Administração Pública Municipal constante do Anexo III desta Lei poderão se necessário, ajustar as metas referidas, bem como incluir novas ações, desde que concorram para a execução dos objetivos dos programas de governo e estejam adequadas as capacidades financeiras do Município.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º As categorias de programação de que trata essa Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Para efeito dessa Lei, entende-se por:

- I – Programa: instrumento de organização da ação governamental que visa a concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual 2022-2025;
- II – Projeto: Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
- III – Atividade: Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental; e;
- IV – Operação Especial: Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando seus valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 3º - Cada projeto, atividades e operações especiais identificará a função, a sub-função às quais se vincula.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social dos poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações Instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 7º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com as suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa e as fontes e fontes detalhadas de recursos.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, a abrir créditos adicionais, até o limite de 60% (sessenta por cento) do total da despesa fixada.

Art. 9º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas dotações, especificando a fonte de recursos e os grupos de despesa, identificados pelos correspondentes dígitos, conforme a seguir discriminado:

- 1 – Pessoal e encargos sociais;
- 2 – Juros e encargos da dívida;
- 3 – Outras despesas correntes;
- 4 – Investimentos;
- 5 – Inversões financeiras;
- 6 – Amortização da dívida pública.

Art. 10 As despesas relativas ao pagamento de inativos, juros, encargos e amortização da dívida pública, precatórios, sentenças judiciais e outras, às quais não se possam associar um bem ou serviço ofertado diretamente à sociedade e que, por isso, não deverão constar do PPA, deverão ser incluídas no Orçamento 2022 como operações especiais, conforme estabelece a Portaria n.º 02, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, do Executivo Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

Art. 11 As ações que constituam despesas de natureza tipicamente administrativa e outras que, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos e de gestão de políticas públicas, não sejam passíveis de apropriação àqueles programas, serão orçadas e apresentadas no Orçamento de 2022 em programas de apoio administrativo.

Art. 12 O projeto de Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

- I – as ações descentralizadas de saúde e assistência social para cada distrito;
- II – ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
- III – atendimento de ações de alimentação escolar;
- IV – à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- V – ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos; e
- VI – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 13 O projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhara a Câmara Municipal, será constituída de:

- I - Mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual constituída de: análise da situação econômico-financeira da Administração Pública Municipal, documentada com justificação da receita e despesa, particularmente no que se refere às Despesas com Pessoal e às Despesas de Capital, incluídas nos Orçamentos do Município;
- II - Projeto de Lei Orçamentária Anual, constituído de:
 - a) texto do Projeto de Lei;
 - b) anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social conforme e,
 - c) discriminação da legislação dos Órgãos Municipais e da receita

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual incluirá, dentre outros, os demonstrativos:

- I - do conjunto das receitas do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, classificadas por Categorias Econômicas, no seu menor nível, previstas no art. 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, identificando a fonte de recurso e o orçamento a que pertence;
- II - do conjunto das despesas do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, classificadas por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza da Despesa, discriminada na forma definida nesta Lei;
- III - do conjunto das Despesas por Poderes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, subdividindo-se cada Poder segundo as Unidades Orçamentárias que os compõe;
- IV - do conjunto das Despesas por Função do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social;

Parágrafo único. A Lei Orçamentária incluirá entre outros demonstrativos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

I - as receitas do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, bem como o conjunto dos dois orçamentos, que obedecerá ao previsto no art. 2º, § 1º, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II - o grupo de despesa para cada órgão e entidade;

III - os programas e seus objetivos por ações, produtos, metas, valores e órgãos gestores e executores;

IV - quadro síntese - função, sub-função e programas por órgão executor;

V - a aplicação dos recursos destinados à Saúde e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério - FUNDEB;

VI - a consolidação das despesas por projetos e atividades, por ordem numérica;

VII - a receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais.

VIII - Programação referente às ações de Educação e desenvolvimento de ensino nos termos do Art. 212 da C.F e Emenda n.º 53/2016 de no mínimo de 25% do total de receitas provenientes a respostas e transferências.

IX - Programação referente a manutenção das ações de saúde pública municipal com aplicação no mínimo de 15% do total de receitas provenientes impostos e transferências conforme o disposto no inciso III do Art. 77 do ato de disposições transitórias constitucional.

X - Para efeito do dispositivo no parágrafo único, e o observado os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei o Poder Legislativo encaminhará até o dia 30 de setembro de 2021, sua respectiva proposta orçamentária para o exercício financeiro 2022, a qual servirá para a consolidação do projeto de Lei Orçamentária em tramitação.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES DA RECEITA

Art. 15 Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária e incentivos fiscais autorizados, que serão objetos de projetos de leis a serem enviados à Câmara Municipal antes do encerramento do atual exercício financeiro, a inflação do período atual, o crescimento econômico atual e a ampliação da base de cálculo dos tributos do exercício 2021.

Parágrafo único. Acréscimos provocados por alterações na legislação tributária, após 30 de setembro de 2021, serão apropriados ao Orçamento do ano de 2022 e somente poderão ser utilizados para abertura de créditos suplementares e especiais.

Art. 16 O Projeto de Lei Orçamentária poderá inserir, na receita, operações de crédito autorizadas por lei específica, que serão vinculadas a projetos, cuja execução estará condicionada à efetiva realização da receita.

Art. 17 A Lei Orçamentária de 2022 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observando o limite de endividamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

de 10% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A contratação de Operação de Crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 18 É vedada a utilização das receitas de capital derivadas da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesas correntes, salvo se destinadas, por lei, a Fundo de Previdência de Servidores, conforme o disposto no art. 44, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 19 A estimativa da receita do Tesouro Municipal será apresentada pela Secretaria de Finanças a valores estimados de 2021, com memória de cálculo até junho de 2020, acompanhada da previsão das receitas próprias e de convênios das Autarquias e Fundos Especiais, com exceção deste, quando os referidos dados não tiverem sido apresentados por gestões anteriores.

Art. 20 As receitas de convênios deverão ser informadas à Secretaria Municipal de Finanças e à Secretaria Municipal de Infraestrutura, de conformidade com os convênios assinados, considerando o cronograma de liberação de recursos para o exercício de 2022, as propostas de convênio em andamento protocoladas junto a órgãos federais e outras entidades e os cronogramas de liberação de recursos para 2022.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES DAS DESPESAS

Art. 21 Os programas e ações, para o exercício de 2022, são os previstos no Anexo de Metas Fiscais (Anexo I) que integra esta Lei, os quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2022, bem como na sua execução, não se constituindo, todavia, limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Os valores para cada ação dos programas constantes do Anexo I serão estabelecidos e detalhados pela Lei Orçamentária, de conformidade com a receita estimada.

Art. 22 Para as despesas cujas fontes de custeio sejam provenientes de Operações de Crédito e Convênios para transferências de recursos, somente serão efetivadas com a assinatura dos atos e o consequente ingresso do recurso do tesouro, incluindo a contrapartida referente à operação.

Art. 23 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

Parágrafo Único: A Alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, deve ser considerada a fixação de despesa de forma a propiciar o sistema de controle e critérios de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, financiados com os recursos do orçamento, tomando por base os indicadores estabelecidos.

Art. 24 As despesas no âmbito do Poder Executivo, somente serão executadas após liberação da respectiva Previsão do Desembolso Financeiro, pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 25 A Despesa será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I – custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como a reposição de perdas salariais;

II – pagamento de amortizações e encargos da dívida;

III – contrapartida de Operações de Crédito;

IV – recursos para projetos iniciados em anos anteriores.

Art. 26 Os projetos em fase de execução, desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre os novos projetos.

Art. 27 A manutenção de atividades e de serviços terá prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 28 Na programação da despesa, não poderá ocorrer:

I – a fixação de despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades orçamentárias executoras;

II – a inclusão de projetos, com a mesma finalidade, em mais de uma unidade orçamentária.

Art. 29 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a títulos de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas, sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação.

Art. 30 As despesas com pessoal e com encargos sociais serão fixadas, observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a legislação municipal em vigor.

I - O Poder Legislativo Municipal terá como limite de despesas, o percentual de 7% do somatório da receita tributária e das transferências previstas no parágrafo 5º do **Art. 153 e nos Art. 155 e 159 da C.F de 1988**, efetivamente realizadas no exercício de 2019, cujo repasse ocorrerá nos termos da Emenda Constitucional n.º 58/2009.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

II – O Poder Executivo observará o cumprimento do disposto nesta Lei mediante ato próprio do Presidente da Câmara, ou concessão em plenário.

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32 A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência em montante de no mínimo 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2022.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 33. As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual só serão admitidas, desde que:

- I – sejam compatíveis com a presente Lei;
- II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) dotações para pessoal e seus encargos;
 - b) serviços da dívida;
 - c) transferências da União, convênios, operações de crédito, contratos, acordos, ajustes e instrumentos similares, desde que vinculados a programações específicas;
 - d) despesas referentes a vinculações constitucionais;
- III – sejam relacionadas:
 - a) à correção de erros ou omissões;
 - b) aos dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º Não serão admitidas emendas aos orçamentos, transferindo dotações cobertas com receitas próprias de Autarquias e Fundos especiais, para atender programação a ser desenvolvida por outra entidade, que não aquela geradora dos recursos e, ainda, incluindo quaisquer despesas que não sejam de competência e atribuição do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

§ 2º Não serão admitidas emendas cujos valores se mostrem incompatíveis e insuficientes à cobertura das atividades, dos projetos, das operações especiais, das metas ou despesas que se pretendam alcançar e desenvolver.

Art. 34. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2022, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observando os limites e as regras da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2022 ou em créditos adicionais.

Art. 35 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, deverão ser adicionadas à reserva de contingência.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 O equilíbrio das finanças públicas deverá ser alcançado por meio de equilíbrio fiscal, destacando-se, neste, as seguintes medidas:

I – incremento da arrecadação mediante:
a) aumento real da arrecadação tributária;
b) recebimento da dívida ativa tributária;

II – controle de despesas mediante:
a) administração e controle de despesas com custeio administrativo e operacional;
b) administração e controle do pagamento da dívida bancária intra e extra limite, inclusive renegociação e aproveitamento de créditos;
c) execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Município.

Art. 37 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestes eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio do caixa.

Art. 38 Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, o Poder Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e movimentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

financeira nos montantes necessários, observando a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

- I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e;
- IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 39 Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser vistos como indicativos, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para 2022 desde que a receita efetivamente realizada justifique as variações.

Art. 40 Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir as metas fiscais, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes e Investimentos de cada Poder.

§ 1º A limitação de empenho para fins de alcançar o Equilíbrio Fiscal ficará vinculada ao contingenciamento orçamentário, com exceção das dotações orçamentárias das despesas de pessoal e operações especiais com amortizações, juros e encargos da dívida.

§ 2º Ficam os órgãos jurisdicionados ao Poder Executivo incumbidos de averiguações periódicas com vistas a serem atingidas as metas dos programas de governo com Equilíbrio Fiscal.

Art. 41 Somente serão inscritos em Restos a Pagar, as despesas empenhadas e efetivamente liquidadas até 31 de dezembro, se ocorrer o saldo de disponibilidade financeira para saldá-las.

Art. 42 O Poder Executivo poderá mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgão e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definido nesta Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenha efetivamente ocorrido no exercício e que estejam devidamente amparadas por títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme estabelecido no art. 63, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º O pagamento de Restos a Pagar no exercício seguinte, inscritos no exercício anterior, somente será efetuado se no ato de sua inscrição tiverem sido observados os mesmos requisitos, previstos no "caput" deste artigo.

§ 3º O saldo das dotações empenhadas referente às despesas não realizadas será anulado e as despesas anuladas poderão ser reempenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta da dotação do exercício seguinte, observada a classificação orçamentária.

Art. 43 Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes, ou alterarem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal/88.

Art. 44. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem o cumprimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 e sem a comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sendo obrigada a comunicar ao Poder Legislativo e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a ocorrência de quaisquer falhas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

Art. 45 Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término do período legislativo em curso, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, pelo seu Presidente, até que tal matéria seja apreciada.

Parágrafo único. Na hipótese de o Projeto de Lei Orçamentária não ter sido devolvido para sanção até o dia 31 de dezembro de 2021, fica autorizada a execução da programação constante dele.

Art. 46 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º da Constituição Federal/88, será efetivado mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 47 Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da administração Pública Municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

Art. 48 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título submeter-se-ão a fiscalização do poder Executivo e do Tribunal de Contas dos Municípios com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 49 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

- I – Anexo de Metas Físicas;
- II – Anexo de Riscos Fiscais;
- III – Anexo de Metas Fiscais

Rondon do Pará/PA, em 30 de abril de 2021.


ADRIANA ANDRADE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

**TOTAL DAS RECEITAS
2022**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Realizadas		Realizadas		Estimadas		Estimadas	
	2019	2020	2020	2021	2021	2022	2022	2023	2023	2024
RECEITAS CORRENTES										
Receita Tributária	106.013.221,46	119.635.047,01	119.635.047,01	142.302.000,00	142.302.000,00	147.258.339,80	152.168.602,68	157.232.104,17		
Impostos	10.415.067,80	10.408.981,99	10.408.981,99	19.605.000,00	19.605.000,00	20.289.214,50	20.948.613,97	21.829.443,93		
Taxas	6.949.081,18	7.464.455,14	7.464.455,14	15.245.000,00	15.245.000,00	15.777.050,50	16.289.804,64	16.819.223,29		
Contribuições de Melhoria	1.404.670,06	852.911,01	852.911,01	-1.980.000,00	-1.980.000,00	2.028.404,00	2.094.327,13	2.162.392,76		
Receita de Contribuições	2.061.306,56	2.091.615,84	2.091.615,84	2.400.000,00	2.400.000,00	2.483.760,00	2.564.482,20	2.647.827,87		
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-		
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-		
Demais contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-		
Receita Patrimonial	188.373,04	51.257,39	51.257,39	142.000,00	142.000,00	146.955,80	151.731,86	156.663,15		
Aplicações Financeiras	188.373,04	42.582,10	42.582,10	117.000,00	117.000,00	121.083,30	125.018,51	129.081,61		
Outras Receitas Patrimoniais	-	8.675,29	8.675,29	25.000,00	25.000,00	25.872,50	26.713,36	27.581,54		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-		
Receita de Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transferências Correntes	4.791.861,57	5.067.865,57	5.067.865,57	6.245.000,00	6.245.000,00	6.462.950,50	6.672.996,39	6.889.868,77		
Cota-Parte do FPM	90.607.052,26	104.101.033,18	104.101.033,18	116.080.000,00	116.080.000,00	120.131.192,00	124.149.497,58	128.302.378,15		
Cota-Parte do ICMS	27.646.761,51	26.312.004,51	26.312.004,51	30.200.000,00	30.200.000,00	31.253.980,00	32.269.734,35	33.318.500,72		
Cota-Parte do IPVA	13.410.698,70	14.248.357,82	14.248.357,82	17.500.000,00	17.500.000,00	18.110.750,00	18.699.349,38	19.307.078,23		
Cota-Parte do ITR	1.672.470,85	1.921.599,67	1.921.599,67	1.900.000,00	1.900.000,00	1.966.310,00	2.030.215,08	2.096.197,06		
Transferências da LC 87/1996	156.723,79	175.313,96	175.313,96	105.000,00	105.000,00	108.664,50	112.196,10	115.842,47		
Transferências da LC nº 61/1989	367.444,11	355.871,69	355.871,69	460.000,00	460.000,00	476.054,00	491.525,76	507.500,34		
Outras Transferências Correntes	17.560.643,27	19.794.172,05	19.794.172,05	20.000.000,00	20.000.000,00	20.698.000,00	21.370.685,00	22.065.232,26		
Outras Receitas Correntes	29.792.280,03	41.293.713,46	41.293.713,46	45.915.000,00	45.915.000,00	47.517.433,50	49.175.791,83	50.892.027,07		
Multas e Juros de Mora	10.866,79	5.908,88	5.908,88	230.000,00	230.000,00	238.027,00	245.762,88	253.750,17		
Indenizações e Restituições	-	-	-	-	-	-	-	-		
Demais Receitas Correntes	10.866,79	5.908,88	5.908,88	230.000,00	230.000,00	238.027,00	245.762,88	253.750,17		

RECEITAS DE CAPITAL	2.029.560,06	1.667.477,64	1.667.477,64	18.691.000,00	19.349.315,90	19.972.246,88	20.621.627,65
Operações de crédito							
Amortização de empréstimos				100.000,00	103.490,00	106.853,43	110.326,16
Alienações de Bens	-	84.115,00	84.115,00	110.000,00	113.839,00	117.811,98	121.923,62
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários							
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes							
Outras Alienações de Bens		84.115,00	84.115,00	110.000,00	113.839,00	117.811,98	121.923,62
Transferência de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Convênios							
Outras Transferências de Capital							
Outras Receitas de Capital	2.029.560,06	1.583.362,64	1.583.362,64	18.481.000,00	19.125.986,90	19.747.581,47	20.389.377,87
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes							
DEDUÇÕES	8.209.990,66	8.167.691,51	8.167.691,51	9.493.000,00	9.824.305,70	10.143.595,64	10.473.262,49
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	8.209.990,66	8.167.691,51	8.167.691,51	9.493.000,00	9.824.305,70	10.143.595,64	10.473.262,49
TOTAL	99.832.790,86	113.134.833,14	113.134.833,14	151.500.000,00	156.787.350,00	161.997.253,93	167.380.469,33
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA*	97.803.230,80	111.467.355,50	111.467.355,50	132.809.000,00	137.444.034,10	142.025.007,05	146.758.841,68

* Receita total subtraindo-se as Contribuições sociais, Receitas de capital, Receitas Intra-orçamentárias Correntes e Deduções para a formação do FUNDEB

R

**TOTAL DE DESPESAS
2022**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas					Previstas			R\$ 1.000
	2019	2020	2020	2021	2022	2022	2023	2024	
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais	93.530.686,39	103.305.038,06	103.305.036,06	121.759.750,00	126.009.166,28	130.104.463,15	134.332.658,9		
Juros e Encargos da Dívida	64.955.307,13	71.323.657,03	71.323.657,03	77.099.250,00	79.790.013,93	82.393.189,27	85.060.842,9		
Outras Despesas Correntes		170.972,21	170.972,21	162.000,00	167.653,80	173.102,55	178.728,3		
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos	28.675.370,26	31.810.405,62	31.810.406,82	44.498.500,00	46.051.497,05	47.546.171,32	49.093.486,8		
Inversões Financeiras	6.202.104,47	11.572.684,05	11.572.684,05	28.410.250,00	29.401.767,73	30.357.325,18	31.343.938,2		
Concessão de empréstimos e financiamentos	5.284.068,78	4.034.474,39	4.034.474,39	23.820.250,00	24.444.596,73	25.239.046,12	26.099.315,1		
Aquisição de título de capital já integralizado				50.000,00	51.745,00	53.426,71	55.163,08		
Aquisição de título de crédito									
Demais inversões financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	918.035,59	7.536.209,66	7.536.209,66	4.740.000,00	4.905.426,00	5.064.892,35	5.229.460,05		
TOTAL DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO	99.832.790,86	114.877.720,11	114.877.720,11	151.500.000,00	166.787.350,00	161.862.938,88	167.144.134,39		

Pagamento de Restos a Pagar

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previstas		
	2019	2020	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (I)					
Pessoal e Encargos Sociais		7.425.085,79	7.425.085,79		
Juros e Encargos da Dívida (II)		6.004.482,39	6.004.482,39		
Outras Despesas Correntes					
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)		1.420.603,40	1.420.603,40		
DESPESAS DE CAPITAL (IV)					
Investimentos (V)		7.425.085,79	7.425.085,79		
Inversões Financeiras (VI)					
Concessão de empréstimos e financiamentos (VII)					
Aquisição de título de capital já integralizado (VIII)					
Aquisição de título de crédito (IX)					

RS

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas				
	Realizadas		2020	2021	2022	2023	2024
	2019	2020	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)							
Receita Tributária	93.011.389,23	106.399.489,93	106.399.489,93	126.564.000,00	130.981.083,60	135.352.010,66	139.868.972,20
Receita de Contribuição	10.415.067,80	10.408.981,99	10.408.981,99	19.605.000,00	20.289.214,50	20.948.613,97	21.629.443,93
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	188.373,04	51.257,39	51.257,39	142.000,00	146.955,80	151.731,86	156.663,11
Outras Receitas Patrimoniais	188.373,04	42.582,10	42.582,10	117.000,00	121.083,30	125.018,51	129.081,61
Receita Agropecuária	0,00	8.675,29	8.675,29	25.000,00	25.872,50	26.713,36	27.581,51
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	90.507.052,26	104.101.033,18	104.101.033,18	116.080.000,00	120.131.192,00	124.149.497,58	128.302.378,11
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	10.866,79	5.908,88	5.908,88	230.000,00	238.027,00	245.762,88	253.750,11
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	8.209.990,66	8.167.691,51	8.167.691,51	9.493.000,00	9.824.305,70	10.143.595,64	10.473.262,44
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	92.822.996,19	106.356.907,83	106.356.907,83	126.447.000,00	130.860.000,30	135.226.992,15	139.739.891,30
Operações de Crédito (V)	2.029.560,06	1.667.477,64	1.667.477,64	18.691.000,00	19.343.315,90	19.972.246,88	20.621.627,65
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	100.000,00	103.490,00	106.853,43	110.328,16
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	84.115,00	84.115,00	110.000,00	113.639,00	117.811,98	121.923,62
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	2.029.560,06	1.583.362,64	1.583.362,64	18.481.000,00	19.125.986,90	19.747.581,47	20.389.377,87
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	2.029.560,06	1.583.362,64	1.583.362,64	18.481.000,00	19.125.986,90	19.747.581,47	20.389.377,87
DESPESAS CORRENTES (X)	94.852.556,25	107.940.270,47	107.940.270,47	144.928.000,00	149.885.987,20	154.974.579,62	160.129.269,17
Pessoal e Encargos Sociais	93.630.686,39	103.305.036,06	103.305.036,06	121.759.750,00	126.009.165,28	130.104.463,15	134.332.858,20
Juros e Encargos da Dívida (XI)	64.955.307,13	71.323.657,03	71.323.657,03	77.099.250,00	79.790.013,83	82.383.189,27	85.060.642,93
Outras Despesas Correntes	0,00	170.972,21	170.972,21	162.000,00	157.653,80	173.102,55	178.728,38
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	28.675.379,26	31.810.406,82	31.810.406,82	44.498.500,00	46.051.497,65	47.548.171,32	49.093.486,89
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	93.630.686,39	103.134.063,85	103.134.063,85	121.597.750,00	125.841.511,48	129.931.360,60	134.154.129,82
Investimentos (XIV)	6.202.104,47	11.572.684,05	11.572.684,05	28.410.250,00	29.401.767,73	30.357.325,18	31.343.938,24
Inversões Financeiras (XV)	5.284.068,78	4.034.474,39	4.034.474,39	23.620.250,00	24.444.596,73	25.238.046,12	26.059.315,12
Concessão de empréstimos e financiamentos (XVI)	0,00	0,00	0,00	50.000,00	51.745,00	53.426,71	55.163,08
Aquisição de título de capital já integralizado (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XXI) = (XIII - XVI - XVII - XVIII - XX)	918.035,69	7.538.209,66	7.538.209,66	50.000,00	51.745,00	53.426,71	55.163,08
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMARIAS (XXII)	5.284.068,78	4.034.474,39	4.034.474,39	23.670.250,00	24.496.341,73	25.292.472,83	26.114.478,20
	0,00	7.425.085,79	7.425.085,79	0,00	0,00	0,00	0,00

	2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	Realizadas	Estimadas	Realizadas	Estimadas	Realizadas	Estimadas	Realizadas	Estimadas	Realizadas	Estimadas	Realizadas	Estimadas
RESERVA DE CONTINGENCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO-FINANÇEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XXIII) = (XII + XV + XVI)	98.914.755,17	114.593.624,03	114.593.624,03	146.598.000,00	1.330.000,00	1.376.417,00	1.421.150,55	1.467.337,00	156.644.983,98	161.735.945,00	156.644.983,98	161.735.945,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-4.062.198,92	-6.653.353,56	-6.653.353,56	-1.670.000,00	-1.670.000,00	-1.728.283,00	-1.870.410,36	-1.606.676,00	156.644.983,98	161.735.945,00	156.644.983,98	161.735.945,00
ESPECIFICAÇÕES												
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)												
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)												
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

R

**METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022**

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2020	II - Metas Realizadas em 2020
I - Receita Total	108.066.967,57	108.066.967,57
II - Receitas Não-Financeiras	107.940.270,47	107.940.270,47
III - Despesas Total	114.877.720,11	114.877.720,11
IV - Despesas Não-Financeiras	114.593.624,03	114.593.624,03
V - Resultado Primário (II - IV)	(6.653.353,56)	(6.653.353,56)
VI - Resultado Nominal	(6.653.353,56)	(6.653.353,56)
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	-	-
VALOR DO PIB ESTADUAL	-	-

J

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			
Demais Receltas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (V)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)			
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar			
Reformas	0,00	0,00	0,00

Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR	2018	2019	2020
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	2018	2019	2020
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
	2018	2019	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (IX)			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários			

Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (X)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO (XII)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)			
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

RONDON DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2022

AMF - Demonstrativo LRF art. 5º 1º

Especificação	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A / PIB) x 100	% RCL (A / RCL) x 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B / PIB) x 100	% RCL (B / RCL) x 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C / PIB) x 100	% RCL (C / RCL) x 100
Receita Total	150.727.350,00	145.235.000,00	-	105,69	161.807.253,00	145.425.115,25	-	105,02	160.490.000,00	145.425.115,25	-	105,01
Receita Primária (1)	140.094.306,00	144.029.000,00	-	102,85	154.974.573,02	140.094.430,25	-	105,68	160.129.269,17	145.089.087,55	-	103,09
Receita Primária Corrente	140.094.306,00	135.940.000,00	-	97,06	145.570.987,79	140.704.758,55	-	100,49	160.219.559,79	145.494.904,71	-	103,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.289.214,00	18.609.000,00	-	91,84	20.049.813,97	20.289.214,00	-	101,21	21.429.442,00	20.949.013,97	-	97,76
Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Primárias Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Receitas Primárias Correntes	202.690,25	295.000,00	-	145,55	272.470,23	260.660,50	-	128,69	281.931,21	272.470,23	-	126,56
Receita Total de Capital	10.633.044,00	10.206.000,00	-	95,98	19.247.581,47	19.129.860,00	-	110,30	30.089.272,87	19.741.981,47	-	110,31
Despesa Total	150.727.350,00	145.235.000,00	-	105,69	161.807.253,00	145.425.115,25	-	105,02	160.490.000,00	145.425.115,25	-	105,01
Despesa Primária (1.1)	151.714.270,20	146.590.000,00	-	103,06	161.892.938,98	156.787.500,00	-	110,30	167.144.736,39	161.892.938,98	-	110,31
Despesa Primária Corrente	147.217.929,48	142.507.750,00	-	96,82	151.362.511,16	137.217.829,48	-	90,73	161.738.944,96	136.644.868,98	-	100,74
Outras despesas Correntes	79.790.013,83	77.599.218,00	-	97,25	82.383.160,27	78.760.013,83	-	95,61	86.000.642,03	81.312.511,15	-	94,55
Despesas Primárias de Capital	47.427.814,65	46.828.820,00	-	98,73	48.990.321,88	47.427.814,65	-	97,00	48.999.874,04	48.999.874,04	-	100,00
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79	-	100,00	26.114.478,20	26.202.472,85	-	104,21
Despesas Primárias de Capital	24.499.241,79	23.670.250,00	-	96,64	24.592.472,40	24.499.241,79						

RONDON DO PARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso 1)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	108.066.967,57	-	96,95	108.066.967,57	-	96,95		
Receitas Primárias (I)	107.940.270,47	-	96,84	107.940.270,47	-	96,84		
Despesa Total	114.877.720,11	-	103,06	114.877.720,11	-	103,06		
Despesas Primárias (II)	114.593.624,03	-	101,29	114.593.624,03	-	102,80		
Resultado Primário (I - II)	(6.653.353,56)	-	(5,97)	(6.653.353,56)	-	(5,97)		
Resultado Nominal	(6.653.353,56)	-	(5,97)	(6.653.353,56)	-	(5,97)		
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-		
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-		

Fonte: / Relatórios da LRF



R\$ 1,00

Rondon do Para
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Metas Fiscais
 III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas no Trés Exercícios Anteriores
 2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	95.040.929,29	108.068.967,57	13,71	145.255.000,00	34,41	150.324.399,50	3,49	155.324.257,54	3,33	160.490.600,56	3,33
Receitas Primárias (I)	94.852.556,25	107.940.270,47	13,80	144.928.000,00	34,27	149.885.987,20	3,49	154.974.573,62	3,33	160.129.209,17	3,33
Despesa Total	98.832.790,86	114.877.720,11	15,07	151.500.000,00	31,08	156.787.350,00	3,49	161.882.930,88	3,25	167.144.134,39	3,25
Despesas Primárias (II)	98.814.755,17	114.583.624,03	15,85	146.598.000,00	27,93	151.714.270,20	3,49	156.644.963,98	3,25	161.735.645,96	3,25
Resultado Primário (III) = (I - II)	(4.062.198,92)	(8.653.353,56)	63,79	(1.670.000,00)	(74,90)	(1.728.283,00)	3,49	(1.670.410,36)	(3,35)	(1.606.676,79)	(3,82)
Resultado Nominal	(4.062.198,92)	(8.653.353,56)	63,79	(1.670.000,00)	(74,90)	(1.728.283,00)	3,49	(1.670.410,36)	(3,35)	(1.606.676,79)	(3,82)
Divida Publica Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divida Consolidada Liquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	91.113.919,37	103.393.577,85	13,48	138.586.875,11	34,04	145.255.000,00	4,81	150.436.116,28	3,57	155.438.839,31	3,33
Receitas Primárias (I)	90.933.329,74	103.272.359,81	13,57	138.278.891,98	33,90	144.928.000,00	4,81	150.096.439,35	3,57	155.088.890,55	3,33
Despesas Total	95.707.785,31	109.909.797,27	14,84	144.547.276,02	31,51	151.500.000,00	4,81	156.787.350,00	3,49	161.882.938,88	3,25
Despesas Primárias (II)	94.827.682,07	109.637.987,02	15,62	139.870.241,36	27,57	146.598.000,00	4,81	151.714.270,20	3,49	156.644.983,98	3,25
Resultado Primário (III) = (I - II)	(3.894.352,33)	(6.365.627,21)	63,46	(1.593.359,41)	(74,97)	(1.670.000,00)	4,81	(1.617.830,85)	(3,12)	(1.568.103,43)	(3,82)
Resultado Nominal	(3.894.352,33)	(6.365.627,21)	63,46	(1.593.359,41)	(74,97)	(1.670.000,00)	4,81	(1.617.830,85)	(3,12)	(1.568.103,43)	(3,82)
Divida Publica Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Divida Consolidada Liquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: / Relatórios da LRF





PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

Mensagem do Projeto de Lei nº 005/2021

Rondon do Pará, 30 de abril de 2021.

Exmo. Sr.
VER. FABIANO MOREIRA DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Rondon do Pará
Rondon do Pará - PA

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.", em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações, na emenda à Lei Orgânica Municipal 005/2002 no inciso XXII do artigo 73 e do artigo 134 da Lei Orgânica do Município de Rondon do Pará-PA.

A Constituição de 1988 determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deve estabelecer as metas e prioridades da Administração Pública, orientar a elaboração da lei orçamentária anual, a política de fomentos e as alterações na legislação tributária.

Com o advento da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, adicionalmente ao conteúdo definido na Constituição, a LDO deve estabelecer as metas fiscais, os critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira e a margem de expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada, bem como avaliar os riscos fiscais e a situação financeira do município.

A elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em seu componente programático, foi centrada em sua essência, na melhoria da oferta e da qualidade dos serviços públicos prestados ou à disposição da comunidade, na melhoria do padrão de vida do cidadão, mediante sua inserção mais adequada ao processo produtivo e na diminuição das disparidades entre as pessoas, através da oferta e políticas públicas eficazes.

No tocante às metas e prioridades da Administração Pública Municipal, adota-se o Plano Plurianual - PPA, qual seja, remeter para esse Plano o estabelecimento das referidas metas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

prioridades, em consonância com o entendimento de que cabe à LDO priorizar os programas e as metas a partir daqueles definidos no PPA.

Por fim, cabe reiterar a importância de que se reveste o presente Projeto de Lei para o estabelecimento do regramento necessário à elaboração e à execução da Lei Orçamentária de 2022 e para a consolidação de novas bases fiscais requeridas para o alcance do desenvolvimento do Município.

Nessas condições, submeto à apreciação desse Poder Legislativo o referido Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.", esperando que essa Casa de Leis possa analisar, discutir, votar e aprovar o mesmo.

Cordialmente,


ADRIANA ANDRADE OLIVEIRA
Prefeita Municipal